

Fiesp dá sugestões para livre negociação salarial

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo fará três sugestões ampliando a emenda do senador Jutahy Magalhães (PDS-Bahia), que propõe a livre negociação salarial. Apesar de concordar, em tese, com a proposta, a Fiesp, segundo o seu presidente, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, acha que é preciso dar opção de escolha em três níveis: empregados-empresa, empregado-sindicato e sindicatos patronais e de operários.

O diretor do Departamento Sindical da Fiesp, Roberto Della Manha, disse que essas sugestões deverão ser entregues nas próximas 48 horas ao próprio senador. De qualquer forma, a emenda foi aprovada, em princípio, por toda a diretoria da Fiesp, reunida ontem, que deu todo seu apoio à livre negociação, apesar de considerar que ainda existem alguns pontos dúbios.

Esse apoio, segundo Della Manha, deve-se ao fato de que, do ponto de vista dos empresários, a livre negociação é a única solução para as empresas conviverem com as atuais dificuldades econômicas. E a emenda do senador propicia uma opção entre emprego sem reajuste e desemprego, deixando optativo para cada empresa fazer o reajuste abaixo do estipulado. "Assim como a empresa

pode pagar reajuste acima da lei, achamos que deve, para manter emprego, também decidir se paga abaixo do estabelecido por convenção, dissídio ou lei", salientou Della Manha, ao acrescentar que toda negociação deve ser feita entre a empresa e o trabalhador, e com a aprovação do sindicato.

CIP

Para o presidente da Fiesp, está praticamente afastada a proposta de reajuste de preços trimestral. O que deve ocorrer com o CIP (Conselho Interministerial de Preços), em sua opinião, é o estabelecimento de cotas anuais de reajuste (duas, três ou quatro vezes ao ano), mas ele não sabe precisar a periodicidade desses reajustes. Essa maior flexibilidade do CIP, segundo Vidigal, tem a concordância de José Milton Dallari, secretário especial de Abastecimento e Preços, o qual reconhece não haver mais condições hoje de reajustes rigorosos, devendo esses serem mais brandos e analisando o problema de cada setor. De qualquer maneira, a preocupação não fica de todo afastada, pois, segundo Vidigal, independentemente da periodicidade do CIP, o próximo reajuste será mesmo de 80% da ORTN e o mais preocupante, em sua opinião, é que incidirá sobre a ORTN já expurgada.